

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2026

(Do Sr. ZUCCO)

Requer Moção de Repúdio ao cenário de incerteza que envolve o processo de licenciamento do chamado Projeto Natureza, da empresa CMPC, considerado o maior investimento privado já previsto para o Estado do Rio Grande do Sul.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a aprovação de Moção de Repúdio ao cenário de incerteza que envolve o processo de licenciamento do chamado Projeto Natureza, da empresa CMPC, considerado o maior investimento privado já previsto para o Estado do Rio Grande do Sul.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Apresentamos a presente Moção de Repúdio diante do cenário de incerteza que envolve o processo de licenciamento do chamado Projeto Natureza, da empresa CMPC, considerado o maior investimento privado já previsto para o Estado do Rio Grande do Sul.

Trata-se de um empreendimento estimado em aproximadamente R\$ 27 bilhões, com elevado potencial de geração de empregos diretos e indiretos, dinamização de cadeias produtivas estratégicas e incremento significativo da arrecadação. A eventual perda de um investimento dessa magnitude representará grave prejuízo econômico e social para o Estado, especialmente



em um momento em que o Rio Grande do Sul ainda enfrenta os efeitos da recente tragédia climática e necessita fortalecer sua capacidade de recuperação e crescimento.

A sociedade gaúcha encontra-se mobilizada em torno da necessidade de promover o desenvolvimento com responsabilidade, equilíbrio e segurança jurídica. Ressalta-se que o pleno respeito à legislação ambiental e aos direitos das comunidades tradicionais, em especial os povos indígenas, é princípio inegociável e deve ser rigorosamente observado.

Entretanto, causa preocupação o excesso de exigências legais e burocracias dos órgãos públicos envolvidos no processo, fatores que colocam em risco a concretização de investimentos estruturantes para o desenvolvimento regional e nacional.

Nesse sentido, a presente Moção de Repúdio também se configura como um chamado à reflexão e à responsabilidade institucional dos órgãos competentes — notadamente os órgãos ambientais, o Ministério Público Federal, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e demais instâncias envolvidas — para que atuem de forma coordenada, técnica e célere, assegurando a observância dos direitos legais sem comprometer, de forma desproporcional, o interesse público e o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento sustentável pressupõe a conciliação entre crescimento econômico, preservação ambiental e respeito às comunidades. Para isso, é essencial que os processos decisórios ocorram com clareza, equilíbrio e dentro de prazos razoáveis.

Por fim, ressaltamos que o Brasil — e, em especial, o Rio Grande do Sul — não pode se dar ao luxo de afastar investimentos dessa envergadura,



devendo assegurar um ambiente de confiança, estabilidade regulatória e segurança jurídica para a atração de novos empreendimentos.

Sendo assim, diante do exposto, solicito o apoio aos nobres Pares para a aprovação da presente moção de repúdio.

Sala das Comissões, em de de 2026.

Deputado ZUCCO (PL/RS)

